PODER, CAPITAL Y AUTONOMÍA

EN EL ÁMBITO INTERNACIONAL:

de la política exterior argentina
a la geopolítica global contemporánea

JAVIER FERNANDO LUCHETTI
(Organizador)

EDITORA ARTEMIS
2026

PODER, CAPITAL Y AUTONOMÍA

EN EL ÁMBITO INTERNACIONAL:

de la política exterior argentina
a la geopolítica global contemporánea

JAVIER FERNANDO LUCHETTI
(Organizador)

EDITORA ARTEMIS
2026

2026 *by Editora Artemis*
Copyright © Editora Artemis
Copyright do Texto © 2026 Os autores
Copyright da Edição © 2026 Editora Artemis

O conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons Atribuição-Não-Comercial NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Direitos para esta edição cedidos à Editora Artemis pelos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento, desde que sejam atribuídos créditos aos autores, e sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A responsabilidade pelo conteúdo dos artigos e seus dados, em sua forma, correção e confiabilidade é exclusiva dos autores. A Editora Artemis, em seu compromisso de manter e aperfeiçoar a qualidade e confiabilidade dos trabalhos que publica, conduz a avaliação cega pelos pares de todos manuscritos publicados, com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

Editora Chefe	Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora Executiva	M.ª Viviane Carvalho Mocellin
Direção de Arte	M.ª Bruna Bejarano
Diagramação	Elisangela Abreu
Organizador	Prof. Me. Javier Fernando Luchetti
Imagem da Capa	antishock/123RF
Bibliotecário	Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Conselho Editorial

Prof.ª Dr.ª Ada Esther Portero Ricol, *Universidad Tecnológica de La Habana "José Antonio Echeverría"*, Cuba
Prof. Dr. Adalberto de Paula Paranhos, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof. Dr. Agustín Olmos Cruz, *Universidad Autónoma del Estado de México*, México
Prof.ª Dr.ª Amanda Ramalho de Freitas Brito, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Prof.ª Dr.ª Ana Clara Monteverde, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Ana Júlia Viamonte, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof. Dr. Ángel Mujica Sánchez, *Universidad Nacional del Altiplano*, Peru
Prof.ª Dr.ª Angela Ester Mallmann Centenaro, Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil
Prof.ª Dr.ª Begoña Blandón González, *Universidad de Sevilla*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Carmen Pimentel, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Catarina Castro, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Cirila Cervera Delgado, *Universidad de Guanajuat*o, México
Prof.ª Dr.ª Cláudia Neves, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Cláudia Padovesi Fonseca, Universidade de Brasília-DF, Brasil
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos, Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil
Dr. Cristo Ernesto Yáñez León – New Jersey Institute of Technology, Newark, NJ, Estados Unidos
Prof. Dr. David García-Martul, *Universidad Rey Juan Carlos de Madrid*, Espanha

EDITORA ARTEMIS 2026

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof.ª Dr.ª Deuzimar Costa Serra, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª Dina Maria Martins Ferreira, Universidade Estadual do Ceará, Brasil
Prof.ª Dr.ª Edith Luévano-Hipólito, *Universidad Autónoma de Nuevo León*, México
Prof.ª Dr.ª Eduarda Maria Rocha Teles de Castro Coelho, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal
Prof. Dr. Eduardo Eugênio Spers, Universidade de São Paulo (USP), Brasil
Prof. Dr. Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima, Brasil
Prof.ª Dr.ª Elvira Laura Hernández Carballido, *Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo*, México
Prof.ª Dr.ª Emilas Darlene Carmen Lebus, *Universidad Nacional del Nordeste*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Erla Mariela Morales Morgado, *Universidad de Salamanca*, Espanha
Prof. Dr. Ernesto Cristina, *Universidad de la República*, Uruguay
Prof. Dr. Ernesto Ramírez-Briones, *Universidad de Guadalajara*, México
Prof. Dr. Fernando Hitt, *Université du Québec à Montréal*, Canadá
Prof. Dr. Gabriel Díaz Cobos, *Universitat de Barcelona,* Espanha
Prof.ª Dr.ª Gabriela Gonçalves, Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), Portugal
Prof.ª Dr.ª Galina Gumovskaya – Higher School of Economics, Moscow, Russia
Prof. Dr. Geoffroy Roger Pointer Malpass, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª Gladys Esther Leoz, *Universidad Nacional de San Luis,* Argentina
Prof.ª Dr.ª Glória Beatriz Álvarez, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Gonçalo Poeta Fernandes, Instituto Politécnido da Guarda, Portugal
Prof. Dr. Gustavo Adolfo Juarez, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof. Dr. Guillermo Julián González-Pérez, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof. Dr. Håkan Karlsson, *University of Gothenburg*, Suécia
Prof.ª Dr.ª Iara Lúcia Tescarollo Dias, Universidade São Francisco, Brasil
Prof.ª Dr.ª Isabel del Rosario Chiyon Carrasco, *Universidad de Piura*, Peru
Prof.ª Dr.ª Isabel Yohena, *Universidad de Buenos Aires,* Argentina
Prof. Dr. Ivan Amaro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Prof. Dr. Iván Ramon Sánchez Soto, *Universidad del Bío-Bío*, Chile
Prof.ª Dr.ª Ivânia Maria Carneiro Vieira, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz, *University of Miami and Miami Dade College*, Estados Unidos
Prof. Dr. Jesús Montero Martínez, *Universidad de Castilla - La Mancha*, Espanha
Prof. Dr. João Manuel Pereira Ramalho Serrano, Universidade de Évora, Portugal
Prof. Dr. Joaquim Júlio Almeida Júnior, UniFIMES - Centro Universitário de Mineiros, Brasil
Prof. Dr. Jorge Ernesto Bartolucci, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. José Cortez Godinez, Universidad Autónoma de Baja California, México
Prof. Dr. Juan Carlos Cancino Diaz, Instituto Politécnico Nacional, México
Prof. Dr. Juan Carlos Mosquera Feijoo, *Universidad Politécnica de Madrid*, Espanha
Prof. Dr. Juan Diego Parra Valencia, *Instituto Tecnológico Metropolitano de Medellín*, Colômbia
Prof. Dr. Juan Manuel Sánchez-Yáñez, *Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo,* México
Prof. Dr. Juan Porras Pulido, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Leinig Antonio Perazolli, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Brasil
Prof.ª Dr.ª Lívia do Carmo, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Prof.ª Dr.ª Luciane Spanhol Bordignon, Universidade de Passo Fundo, Brasil
Prof. Dr. Luis Fernando González Beltrán, *Universidad Nacional Autónoma de México*, México
Prof. Dr. Luis Vicente Amador Muñoz, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Macarena Esteban Ibáñez, *Universidad Pablo de Olavide*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Ramiro Rodriguez, *Universidad Santiago de Compostela*, Espanha
Prof. Dr. Manuel Simões, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Portugal
Prof.ª Dr.ª Márcia de Souza Luz Freitas, Universidade Federal de Itajubá, Brasil
Prof. Dr. Marcos Vinicius Meiado, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Prof.ª Dr.ª Mar Garrido Román, *Universidad de Granada*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Margarida Márcia Fernandes Lima, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Alejandra Arecco, *Universidad de Buenos Aires*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida José de Oliveira, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Maria Carmen Pastor, *Universitat Jaume I*, Espanha
Prof.ª Dr.ª Maria da Luz Vale Dias – Universidade de Coimbra, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Céu Caetano, Universidade Nova de Lisboa, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria do Socorro Saraiva Pinheiro, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Prof.ª Dr.ª MªGraça Pereira, Universidade do Minho, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maria Gracinda Carvalho Teixeira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Prof.ª Dr.ª María Guadalupe Vega-López, *Universidad de Guadalajara, México*
Prof.ª Dr.ª Maria Lúcia Pato, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
Prof.ª Dr.ª Maritza González Moreno, *Universidad Tecnológica de La Habana*, Cuba
Prof.ª Dr.ª Mauriceia Silva de Paula Vieira, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof. Dr. Melchor Gómez Pérez, Universidad del Pais Vasco, Espanha
Prof.ª Dr.ª Ninfa María Rosas-García, Centro de Biotecnología Genómica-Instituto Politécnico Nacional, México
Prof.ª Dr.ª Odara Horta Boscolo, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Prof. Dr. Osbaldo Turpo-Gebera, *Universidad Nacional de San Agustín de Arequipa*, Peru
Prof.ª Dr.ª Patrícia Vasconcelos Almeida, Universidade Federal de Lavras, Brasil
Prof.ª Dr.ª Paula Arcoverde Cavalcanti, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Prof. Dr. Rodrigo Marques de Almeida Guerra, Universidade Federal do Pará, Brasil
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sergio Bitencourt Araújo Barros, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Prof. Dr. Sérgio Luiz do Amaral Moretti, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Prof.ª Dr.ª Silvia Inés del Valle Navarro, *Universidad Nacional de Catamarca*, Argentina
Prof.ª Dr.ª Solange Kazumi Sakata, Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN)- USP, Brasil
Prof.ª Dr.ª Stanislava Kashtanova, *Saint Petersburg State University,* Russia
Prof.ª Dr.ª Susana Álvarez Otero – Universidad de Oviedo, Espanha
Prof.ª Dr.ª Teresa Cardoso, Universidade Aberta de Portugal
Prof.ª Dr.ª Teresa Monteiro Seixas, Universidade do Porto, Portugal



Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

Prof. Dr. Valter Machado da Fonseca, Universidade Federal de Viçosa, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vanessa Bordin Viera, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Prof.ª Dr.ª Vera Lúcia Vasilévski dos Santos Araújo, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Prof. Dr. Wilson Noé Garcés Aguilar, *Corporación Universitaria Autónoma del Cauca*, Colômbia
Prof. Dr. Xosé Somoza Medina, *Universidad de León*, Espanha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P742 Poder, capital y autonomía en el ámbito internacional [livro eletrônico] : de la política exterior Argentina a la geopolítica global contemporánea / organizador Javier Fernando Luchetti. – 1. ed. – Curitiba, PR: Editora Artemis, 2026.
il. color.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-82858-22-2
DOI 10.37572/EdArt_020926222

1. Relações internacionais. 2. Política externa – Argentina. I. Luchetti, Javier Fernando.

CDD 327

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

EDITORA ARTEMIS
2026

Editora Artemis
Curitiba-PR Brasil
www.editoraartemis.com.br
e-mail:publicar@editoraartemis.com.br

PRÓLOGO

La comprensión de la dinámica internacional requiere el estudio de la articulación entre las transformaciones del capitalismo y los márgenes de autonomía de los que gozan los Estados-Nación. Esta obra colectiva muestra la tensión entre condicionantes internos y externos, económicos y diplomáticos, sin ofrecer una mirada fragmentada, puesto que vincula cuestiones de política exterior argentina con debates de la economía política internacional, la geopolítica y experiencias de integración multilateral y regional.

La estructura de este libro, que revela cuestiones teóricas y empíricas, está organizada a partir de cuatro grandes ejes temáticos interconectados, que permiten al lector transitar desde la política exterior argentina, los fundamentos de la economía política internacional y algunas cuestiones diplomáticas específicas, hasta conflictos del siglo XXI.

El primer eje temático corresponde a la dimensión histórico-diplomática argentina, con artículos de María Guisande y Javier Luchetti sobre la política exterior de Arturo Frondizi, la cual estuvo condicionada por factores internos, como la democracia restringida, las amenazas militares y la inestabilidad política, y por factores externos, como la Guerra Fría, en la búsqueda de una mayor autonomía diplomática durante el siglo XX.

El segundo eje temático aborda la economía política internacional, con artículos de Catalina Poliero y Javier Luchetti sobre el origen y la evolución de las empresas transnacionales, el papel de estos actores en el sistema internacional y su influencia sobre la soberanía de los Estados-Nación.

El tercer eje, de carácter geopolítico, con artículos de Clara Vázquez y Javier Luchetti, presenta el análisis de un tema de alcance global como el conflicto palestino-israelí durante las presidencias de Barack Obama y la primera presidencia de Donald Trump, describiendo la voluntad política multilateral de Obama y contraponiéndola con el unilateralismo de Trump.

El cuarto eje, relacionado con la integración regional y el multilateralismo, comprende los artículos de Javier Luchetti sobre el Consejo de Defensa Sudamericano durante el período 2008-2012 y la Cumbre CELAC-UE de 2023, describiendo la búsqueda de autonomía estratégica regional sudamericana en materia de seguridad y la diplomacia interregional en un orden multipolar.

Mientras que los trabajos de Poliero y Luchetti analizan la internacionalización del capital y el impacto de las empresas transnacionales sobre los Estados-Nación, los estudios de Guisande y Luchetti muestran esta problemática en el siglo XX, es decir, la esperanza del gobierno desarrollista de atraer capitales internacionales para promover el crecimiento económico, preservando al mismo tiempo la autonomía nacional.

En efecto, con respecto a la autonomía regional frente a las potencias globales, los trabajos de Vázquez sobre el conflicto palestino-israelí demuestran que muchas veces no resulta posible mantenerla plenamente. Por otra parte, el análisis del Consejo de Defensa Sudamericano realizado por Luchetti constituye un ejemplo de respuesta institucional sudamericana que pretendía defender la paz y la autonomía regional en materia de defensa y seguridad frente a presiones externas.

Por último, el trabajo de Luchetti sobre la Cumbre CELAC-UE retoma una demanda histórica de la diplomacia argentina, como la recuperación de las Islas Malvinas, y aborda también los problemas derivados de la situación ucraniana, relacionándolos con los resabios de la Guerra Fría, contexto en el cual se sitúa el otro trabajo sobre Cuba de Guisande y Luchetti.

Este recorrido propuesto a los lectores, que parte de problemáticas del siglo XX y llega hasta la actualidad con temas como la autonomía y los desafíos políticos y económicos internacionales, demuestra que las intervenciones unilaterales de las potencias, la actuación de las empresas transnacionales y el complejo escenario de los foros de diálogo político continúan influyendo en la situación de los Estados-Nación, que enfrentan el desafío de equilibrar la necesidad de atraer capitales extranjeros y resolver problemas políticos internos con la construcción de proyectos autónomos de poder.

Por ello, este libro aporta una reconstrucción de procesos diplomáticos, institucionales y económicos que permiten analizar diversas temáticas vinculadas con las relaciones internacionales contemporáneas.

Javier Fernando Luchetti

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1.....1

LA POLÍTICA EXTERIOR ARGENTINA (1958-1962): CONDICIONANTES INTERNOS Y EXTERNOS

María Guisande
Javier Fernando Luchetti
https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262221

CAPÍTULO 2.....11

LA POLÍTICA EXTERIOR DE ARTURO FRONDIZI HACIA CUBA

María Guisande
Javier Fernando Luchetti
https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262222

CAPÍTULO 3.....21

LA ESCUELA DE LA ECONOMÍA POLÍTICA INTERNACIONAL: EL ROL DE LAS EMPRESAS TRANSNACIONALES EN EL SISTEMA INTERNACIONAL Y SUS CONSECUENCIAS EN LOS ESTADOS-NACIÓN

Catalina Poliero
Javier Fernando Luchetti
https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262223

CAPÍTULO 4.....32

LAS EMPRESAS TRANSNACIONALES Y EL SISTEMA INTERNACIONAL: ORIGEN Y EVOLUCIÓN

Catalina Poliero
Javier Fernando Luchetti
https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262224

CAPÍTULO 5.....42

EL CONFLICTO PALESTINO-ISRAELÍ Y LA POLÍTICA EXTERIOR DE BARACK OBAMA

Clara Vázquez
Javier Fernando Luchetti
https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262225

CAPÍTULO 6 ..... **57**

EL PLAN DE PAZ DE LA ADMINISTRACIÓN TRUMP: EL ACUERDO DEL SIGLO

Clara Vázquez
Javier Fernando Luchetti

https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262226

CAPÍTULO 7 ..... **79**

EL CONSEJO DE DEFENSA SUDAMERICANO Y SU PAPEL EN LA DEFENSA REGIONAL (2008-2012)

Javier Fernando Luchetti

https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262227

CAPÍTULO 8 ..... **95**

LA III CUMBRE CELAC-UE (2023): MALVINAS Y UCRANIA, DOS TEMAS CENTRALES DE AGENDA

Javier Fernando Luchetti

https://doi.org/10.37572/EdArt_0209262228

SOBRE LOS AUTORES **110**

ÍNDICE REMISSIVO **111**

CAPÍTULO 1

LA POLÍTICA EXTERIOR ARGENTINA (1958-1962): CONDICIONANTES INTERNOS Y EXTERNOS

Data de submissão: 10/08/2026
Data de aceite: 26/08/2026

Lic. María Guisande
Lic. por la Facultad de Ciencias Humanas
Universidad Nacional del Centro
de la Provincia de Buenos Aires, Argentina

Mag. Javier Fernando Luchetti
Facultad de Ciencias Humanas
Universidad Nacional del Centro
de la Provincia de Buenos Aires, Argentina

RESUMEN: Cuando la Segunda Guerra Mundial terminó en 1945, empezó la Guerra Fría, un choque de ideas y poder entre Estados Unidos y la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas que cambió el mundo. Esa división llegó a Latinoamérica, donde los norteamericanos querían frenar a los soviéticos. La Revolución Cubana en 1959 se volvió una opción en contra de Estados Unidos dejando que los soviéticos aumentaran su influencia en la zona. En ese momento, Argentina estaba en crisis económica, social y política después de que Juan Perón fuera derrocado por la Revolución Libertadora. En 1958, Arturo Frondizi (Unión Cívica Radical Intransigente) llegó a la presidencia gracias a un acuerdo con los peronistas. Su gobierno se centró en hacer crecer el país, cambiando la economía con más industria y produciendo energía propia (como el petróleo), con la entrada de capitales extranjeros. El plan de Frondizi tenía poseía tres pilares: paz social, legalidad y crecimiento económico. Sin embargo, estas medidas, que hicieron crecer al país pero lo hicieron depender de dinero extranjero y cambiaron la sociedad, despertaron una fuerte oposición. La política de Frondizi con otros países, sobre todo con Cuba, hizo que las fuerzas armadas, que eran muy importantes y no querían ni comunistas ni peronistas, lo presionaran. Tanta inestabilidad y la presión de militares, políticos y sindicatos dejaron claro que el gobierno era débil, y al final lo sacaron del poder antes de que terminara su mandato.
PALABRAS CLAVE: Guerra Fría; desarrollismo; Frondizi; Cuba; inestabilidad institucional.

ARGENTINE FOREIGN POLICY (1958-1962): INTERNAL AND EXTERNAL CONSTRAINTS

ABSTRACT: When World War II ended in 1945, the Cold War began, a clash of ideas and power between the United States and the Union of Soviet Socialist Republics that changed the world. This division reached Latin America, where the Americans wanted to contain the Soviets. The Cuban Revolution in 1959 became an alternative to the United States, allowing the Soviets to increase their

influence in the region. At that time, Argentina was in economic, social, and political crisis after Juan Perón was overthrown by the Revolución Libertadora (Liberating Revolution). In 1958, Arturo Frondizi (Intransigent Radical Civic Union) became president thanks to an agreement with the Peronists. His government focused on developing the country, transforming the economy with more industry and domestic energy production (such as oil), while also attracting foreign investment. Frondizi's plan rested on three pillars: social peace, legality, and economic growth. However, these measures, which fostered economic growth but also made the country dependent on foreign investment and transformed society, provoked strong opposition. Frondizi's foreign policy, particularly with Cuba, led to pressure from the powerful armed forces, who opposed both communists and Peronists. This instability, coupled with pressure from the military, politicians, and unions, made it clear that the government was weak, and ultimately, Frondizi was ousted from power before the end of his term.
KEYWORDS: Cold War; developmentalism; Frondizi; Cuba; institutional instability.

1. INTRODUCCIÓN

El período posterior a la Segunda Guerra Mundial, fue rápidamente ocupado por dos superpotencias antagónicas: Estados Unidos (EEUU) y la Unión de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), cuyo enfrentamiento ideológico, político y militar definió la Guerra Fría. Este conflicto, caracterizado por la amenaza de destrucción mutua asegurada, se trasladó rápidamente al ámbito global, incluyendo a América Latina. En el contexto regional, la disputa hegemónica se tradujo en una oleada anticomunista impulsada por EEUU a través del sistema interamericano, buscando contener la influencia soviética. Este escenario de efervescencia se intensificó con el triunfo de la Revolución Cubana en 1959, que ofreció una alternativa anti-norteamericana generando preocupación en Washington y una oportunidad para la URSS.

A nivel interno, Argentina transitaba un período de inestabilidad institucional tras la caída de Juan Domingo Perón en 1955, con una profunda crisis económica y una fragmentación política. En este marco turbulento, Arturo Frondizi (Unión Cívica Radical Intransigente, UCRI) triunfó en las elecciones de 1958 gracias a un pacto con el peronismo proscripto. Su gobierno se propuso superar la crisis a través de un ambicioso plan desarrollista basado en la paz social, la legalidad y el desarrollo económico, con el objetivo de modificar la estructura económica, incentivar la industria y lograr el autoabastecimiento energético mediante el recurso masivo del capital extranjero.

Este trabajo se centrará en describir brevemente, cómo el gobierno de Arturo Frondizi (1958-1962), en medio de la polarización de la Guerra Fría y la conmoción regional de la Revolución Cubana, implementó su modelo desarrollista y cómo sus decisiones

internas y su política exterior independiente, particularmente en el "caso cubano", generaron una oposición multisectorial de las fuerzas armadas, peronismo, Unión Cívica Radical del Pueblo, UCRP, etcétera, lo que finalmente condujo a la inestabilidad institucional y al fin de su mandato antes de terminarlo.

2. EL CONTEXTO INTERNACIONAL

Después de la Segunda Guerra Mundial, el orden internacional había quedado trastornado por la derrota de las fuerzas del Eje, las luchas anticoloniales y la división del mundo entre EEUU y la URSS, es decir, dos bloques hostiles. Sin embargo, "la singularidad de la Guerra Fría estribaba en que, objetivamente hablando, no había ningún peligro inminente de guerra mundial" (Hobsbawm, 1998, p. 230), pues ambos bandos, conscientes de la capacidad de destrucción mutua asegurada, confiaban en la moderación del otro. Así, esta misma certidumbre tentó a ambas superpotencias a "...agitar el recurso al arma atómica con finalidades negociadoras [...] en la confianza de que el otro tampoco quería la guerra" (ibidem, p. 233).

Tras la Segunda Guerra Mundial, Stalin emprendió una apertura diplomática para resolver definitivamente la Guerra Fría, buscando proteger al sistema comunista de una carrera armamentística que sabía que no podría ganar. Para ello, la propuesta del mandatario soviético sugería el mutuo reconocimiento de esferas de influencia: la estadounidense en Europa occidental y la soviética en Europa oriental.

Tras la muerte de Stalin hacia 1953, Nikita Jrushchov, el entonces secretario general de la URSS, buscó manifestar un "cambio" en la correlación de fuerzas entre los países del socialismo y los del capitalismo, en favor de los primeros. Con ello, buscó explotar la vulnerabilidad de Berlín para lograr un avance diplomático que le permitiera consolidar la esfera de influencia soviética.

Sobre este escenario, las tensiones se acrecentaron cuando se evidenció en la parte occidental de Berlín, un rápido proceso de reconstrucción y prosperidad, incentivado por la puesta en marcha de la iniciativa estadounidense del Plan Marshall. En consecuencia, centenares de miles de ciudadanos de la Alemania Oriental comenzaron a huir a Alemania Occidental, a través de Berlín, en busca de un mejor futuro. La URSS decidió proceder por sí sola ordenando el cierre de la frontera y la construcción allí de un muro que dividiera definitivamente Berlín Este de Berlín Occidental, como un acto representativo de la definición final de las esferas de influencia europeas.

3. EL CONTEXTO REGIONAL

La disputa hegemónica generada a partir del conflicto Este-Oeste se trasladó al territorio latinoamericano. En este marco, la URSS adoptó una política de objetivos limitados, que buscaba reducir la influencia norteamericana en la región y aumentar la de Moscú en la medida de lo posible. Mientras que, el gobierno estadounidense buscó construir un esquema multilateral en el que se afirmara la hegemonía política norteamericana, mediante la conformación del sistema interamericano, la creación de la Organización de Estados Americanos (OEA), y la firma del Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca (TIAR), buscando impedir la difusión de la influencia soviética en el hemisferio (Quintanar y López, 1997).

Así, este conflicto se tradujo en una furiosa oleada antidemocrática, promovida directamente desde EEUU, destinada a frenar las conquistas populares. En esta línea, los planes norteamericanos consistían en "conformar un bloque político-militar al servicio de Estados Unidos y definir la línea de 'contención del comunismo'" (Guerra, 1997, p. 45), impulsando una campaña anticomunista a nivel interno. En suma, "para 1957 el hemisferio se encontraba mayoritariamente dominado por las fuerzas del conformismo 'occidentalista' y de la represión antipopular" (Boersner, 1996, p. 199).

4. LA INFLUENCIA DE LA REVOLUCIÓN CUBANA

Hacia mediados de 1958 en Cuba, la situación del régimen dictatorial de Fulgencio Batista, auspiciado por los EEUU en nombre de la lucha contra el comunismo, comenzó a empeorar de manera constante. Las lógicas violentas, opresivas y corruptas empleadas por el mismo, habían comenzado a causar creciente sentimiento de repudio en todos los sectores de la sociedad (Boersner, 1996). Frente a esta circunstancia, los diversos movimientos que luchaban contra el dictador acordaron la constitución de un único frente, para levantarse en armas contra Batista, y para el 31 de diciembre del mismo año Batista no tenía asidero sólido, por lo que acabó huyendo. Finalmente, en enero de 1959, Fidel Castro llegó a La Habana y, como consecuencia del ascenso y triunfo revolucionario inaugurado por la Revolución Cubana,

> ...la década del sesenta inauguró una época de gran efervescencia social y política en América Latina, caracterizada por significativos combates revolucionarios y antiimperialistas, poderosas luchas obreras, el despertar de importantes sectores campesinos, la elevación del espíritu combativo de las masas marginales y las amplias movilizaciones estudiantiles. (Guerra, 1997, p. 51).

Con esta hazaña, la nación cubana, abiertamente anti norteamericana, proporcionó a América Latina una alternativa viable al modelo de desarrollo democrático-capitalista

(Quintanar y López, 1997). En este contexto, debido a la puesta en práctica del principio de no alineamiento y la apertura del intercambio económico y colaboración política por parte de la isla, la URSS comenzó a evidenciar la posibilidad real de influir en el hemisferio occidental de manera directa e importante, por medio del establecimiento de estrechas relaciones con Cuba (Boersner, 1996). Frente a ello, el gobierno norteamericano "desencadenó una feroz ofensiva contrarrevolucionaria dirigida a aplastar el menor indicio de intranquilidad popular" (Guerra, 1997, p. 52) con el objetivo de condenar la intervención del comunismo internacional en el hemisferio, así como el acercamiento cubano-soviético.

En dicho contexto, el gobierno estadounidense desplegó un discurso que afirmaba que "la lucha contra el 'castro-comunismo' debía realizarse más por medios reformistas que por medidas represivas" (Boersner, 1996, p. 215), aunque en la práctica prevalecieron las medidas represivas. Este programa, establecido en 1961 durante la presidencia de John Kennedy (1961-1963), se denominó como la "Alianza para el Progreso" (ALPRO). La misma, tenía tres objetivos oficialmente declarados: crecimiento económico, cambio estructural y democratización política, los cuales serían una condición para la ayuda económica de Estados Unidos (Quintanar y López, 1997).

5. EL CONTEXTO INTERNO

En Argentina, la caída del régimen de Juan Domingo Perón en el año 1955, anticipó la apertura de un período signado por la inestabilidad institucional. Ese mismo año, dio inicio al gobierno de la autodenominada Revolución Libertadora, que se extendería hasta 1958. Durante esta etapa, según Rapoport (2017), el régimen impulsó una serie de políticas de matriz "liberal", que pugnaban por una reinserción de Argentina en el mercado mundial de un modo más favorable a los intereses del sector agroexportador y del capital extranjero y local intermediario. Estas medidas acarrearon consigo un escenario de gravísima situación económica aunado a una conflictividad social creciente.

Al respecto, Paradiso (1993, p. 139) señala que para 1958 el escenario era realmente preocupante: "una industria que seguía demandando volúmenes crecientes de insumos y bienes de capital y un sector agrario que tardaba en responder a los incentivos que se le habían otorgado". En consonancia, en su mensaje inaugural leído ante la Asamblea Legislativa reunida el 1° de mayo de 1958, Frondizi pronunciaba:

> La situación económica del país es dramática. El tesoro nacional está exhausto y los recursos normales que deben concurrir a sufragar las expensas de la Administración Pública no alcanzan en forma alguna, a cubrir los enormes gastos comprometidos. Por el otro lado, las magras reservas de oro y divisas que aún quedan en el Banco Central están afectadas a obligaciones financieras de forzoso cumplimiento y a permisos de importación que ya tienen principio

> de ejecución. A estos dos desequilibrios básicos hay que agregar, con sus complejas derivaciones económicas y sociales, la vigencia de un proceso inflacionario, para cuyo aceleramiento se han dado ya todas las condiciones requeridas. (Frondizi, 1978, pp. 20-21).

Anclado a ello, desde el punto de vista de la política exterior, el rol de la Argentina en el escenario internacional se vio reducido a un perfil relativamente bajo y a un estrecho alineamiento a las actitudes y pronunciamientos provenientes de los Estados Unidos (Paradiso, 1993). En cuanto al ámbito social-político, el país estaba dividido entre el peronismo y el antiperonismo, sin embargo, se convocó a elecciones generales en 1958. Ya durante el gobierno de Aramburu se fueron delimitando dentro del partido radical dos líneas políticas divergentes que evidenciaron elementos de ruptura y, más tarde, llevaron a su división. Por un lado, la encabezada por Arturo Frondizi, que aseveraba que el partido apoyaría toda decisión de la administración de entonces que sea positiva para los intereses nacionales, y se opondría a todas aquellas acciones que no respondieran a los mismos. Y, por otro, la esbozada por Ricardo Balbín, que declaraba su apoyo a toda acción del gobierno contra el peronismo (Ambrogi, Belardi y Sollevant, 2000).

A partir de ello, se constituyeron la Unión Cívica Radical Intransigente (UCRI) -encabezada por Frondizi y respaldada por los grupos jóvenes- por una parte, y la Unión Cívica Radical del Pueblo (UCRP). Finalmente, tras la conclusión de las elecciones presidenciales de 1958, el binomio Frondizi-Gómez resultó vencedor con más de cuatro millones de votos, contra casi dos millones y medio de votos de la fórmula Balbín-Del Castillo (Menotti, 1998).

6. EL GOBIERNO DE ARTURO FRONDIZI

La victoria de Frondizi fue posible gracias a la negociación de un pacto con el peronismo. El mismo contemplaba que Perón ordenaba votar por el candidato de la UCRI, a cambio que éste cuando ganara restableciera el funcionamiento de los sindicatos y levantara la proscripción del peronismo. Así, desde sus inicios, el gobierno frondicista tuvo que convivir con un caótico panorama nacional, debido a distintas presiones sectoriales: por un lado, los militares que miraban desconfiados por cómo había ganado, y por otro lado, Perón que esperaba que Frondizi cumpliera con los acuerdos preelectorales.

En el contexto mencionado, Frondizi propuso al país un proyecto que perseguía desarrollar las fuerzas productivas buscando que el crecimiento económico se produjera sin conflictos sociales, para garantizar el bienestar, la libertad, la paz y el progreso de todo el pueblo argentino. En esa línea, la administración se caracterizó por un triple signo programático: paz social, legalidad y desarrollo. Los primeros dos términos, en los

ámbitos social y político respectivamente, eran expresiones de un designio de fidelidad a los valores jurídicos tradicionales del país. Mientras que, el tercero era el que daba originalidad y trascendencia al emprendimiento nacional (Luna, 1998). En torno a la primera connotación, la paz social, se proyectó una política de conciliación nacional, que buscaba borrar las divisiones que separaban a los argentinos y contribuir así a la reconciliación y convivencia de los distintos sectores que conforman la nación (Luna, 1998).

Asimismo, los objetivos del plan desarrollista también tendrían su correlato en el ámbito social, pues, "la explotación de las riquezas nacionales aseguraría nuevas fuentes de trabajo, plena ocupación, salarios remunerativos, técnica y ciencia de actualidad aplicadas al proceso económico social" (Gómez, 2004, p. 57). En tanto que, "iría forjando, al mismo tiempo que una nueva estructura económica diversificada y autosuficiente, los verdaderos fundamentos de la justicia social" (ibidem). Por último, "aparte de los aspectos de política interna, hay que señalar que un país desarrollado cuenta con una base material sólida para mantener una política exterior independiente" (Luna, 1998, p. 208).

7. MODELO DE DESARROLLO

Cabe señalar que el desarrollismo "es una concepción nacional, con alcance latinoamericano, que tiende a modificar una estructura económica en beneficio de todo el pueblo" (Luna, 1998, p. 184). En tal sentido, el plan del frondicismo tuvo como norte la modificación sustancial de la estructura económica, incentivando la promoción industrial y el autoabastecimiento energético como metas centrales para alcanzar la grandeza nacional. Para lograrlo, era imprescindible "la estabilidad, la seguridad jurídica, el empuje de los hombres de empresa, el apoyo de la clase media y la colaboración de los trabajadores agrupados..." (Frondizi, 1978, p. 118).

Para el desarrollismo, el Estado debía fijar las prioridades para conseguir un desarrollo económico sostenible en el tiempo, expandiendo las fuerzas productivas. Los sectores favorecidos fueron la siderurgia, el petróleo, la energía, la química y el agro. Para esto era necesario contar con la afluencia de capitales extranjeros a los que había que dotar de seguridad jurídica. Los instrumentos puestos en marcha para incentivar la afluencia de capitales, como la Ley de Radicación de Capitales (14.780) y la Ley de Promoción Industrial (14.781), situaron a las empresas extranjeras con ventaja con respecto a la industria nacional, que progresivamente se fue paralizando.

El plan de acción delineado por la administración frondicista tenía como objetivo incentivar la exploración y explotación de petróleo, para sustituir y reducir al mínimo la cuota de importación de combustibles lo cual permitiría liberar divisas para volcarlas

al desenvolvimiento industrial de la nación, en la forma de adquisición de insumos, máquinas y equipos. Se concedería a los capitales privados, nacionales o extranjeros, un rol de colaboración activa, preservando así la propiedad del subsuelo y fortaleciendo a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) en su rol de órgano ejecutor, para garantizar la capacidad de decisión nacional y asegurar que la multiplicación de la extracción sirviera a los objetivos públicos, y no a los intereses de las multinacionales (Frondizi, 1983). Frente a ello, muchos sectores tildaron al gobierno de colaborar con las potencias extranjeras vendiendo la soberanía nacional.

8. EL PAPEL DE LAS FUERZAS ARMADAS

Al inicio de su mandato, el presidente Frondizi (1978, p. 50), aseguraba que, "el período revolucionario ha terminado. De aquí en adelante las Fuerzas Armadas no deciden. Ahora deciden los representantes del pueblo, del cual forman parte los ciudadanos que componen a aquéllas [...] las queremos al servicio de la Nación y no como guardia pretoriana del Presidente". Es decir, debían estar subordinadas al presidente de la nación, sin interferir en los asuntos internos y apoyando la política exterior autónoma de Frondizi. Sin embargo, más allá de la claridad expuesta en los pensamientos, la administración no dispuso de la capacidad, ni los recursos para contener las presiones ejercidas desde muchas estructuras del Estado, como es el caso de las fuerzas armadas que se convirtieron en un actor del sistema político.

Con ello, configuraron su misión a partir de la irreductible oposición a un posible retorno de Perón y al ingreso del comunismo en América Latina, a través de Cuba, en un intento por apoderarse de la región en el marco de la Guerra Fría. Así, a causa de, entre otras cosas, la delineación de una política gubernamental que defendía la no intervención y la autodeterminación de los pueblos, las instituciones armadas clasificaron al gobierno frondicista como un agente de Perón y de Moscú (Menotti, 1998). Sobre esta noción, la ejecución de dicha política, por ejemplo, en torno al "caso cubano", incrementó de inmediato los planteos y las presiones por parte de las fuerzas armadas, que buscaron llegar al golpe para luchar contra la "subversión comunista".

9. LA OPOSICIÓN POLÍTICA

No obstante, como menciona Gómez (2004), entre quienes constituyeron la oposición política, además de las estructuras del propio Estado, también se sitúan sectores externos al gobierno. El frente sindical, por ejemplo, adquirió en el escenario de la época una vigorosa fuerza política que tenía su base en la proscripción aún vigente del

peronismo. El movimiento peronista, por su parte, se ubicó en el centro de las causas de la inestabilidad política del periodo, y es considerado como un elemento excluyente en el análisis y explicación del derrocamiento del gobierno de Frondizi.

Los aires revolucionarios junto con la disidencia respecto a la idiosincrasia represiva del frondicismo, acercaron al peronismo, la izquierda socialista, el partido comunista y el reformismo universitario en un frente anti frondicista. En este contexto, la UCRP., se mostró proclive a la renuncia total del gobierno. Se negó a la posibilidad de mantener una entrevista con el Presidente de la Nación. Por otro lado, algunos sectores eclesiásticos pregonaban una sofisticada y singular tesis según la cual el desarrollo estimulaba el avance del comunismo. También se oponían sectores populares y los empresarios. Finalmente, un golpe de estado derrocó a Frondizi en 1962.

10. COMENTARIOS FINALES

Hacia fines de la década de los años cuarenta, tanto EEUU como la URSS se posicionaron para convertirse en las nuevas potencias hegemónicas de dos bloques antagónicos en conflicto constante. En América Latina, la revolución cubana propagó en la región un discurso anti imperialista. En Argentina, la crisis económica y social de la Revolución Libertadora que derrocó a Perón llevó a las elecciones en 1958, aunque con el peronismo proscripto. Sumado a ello, una acentuada fragmentación política que exponía, entre otras cosas, al radicalismo dividido en dos facciones: la UCRI y la UCRP.

Enmarcado en el turbulento escenario en que triunfó y asumió la presidencia, Frondizi buscó impulsar un plan de gobierno que superara las contradicciones propias de la sociedad y encaminara a la Argentina hacia el sendero del crecimiento y progreso, haciendo especial foco en el desarrollo económico. En esa línea, las estrategias puestas en marcha desde la administración posibilitaron, entre lo más destacado, el autoabastecimiento petrolero por primera vez en la historia del país.

Ello, junto a otros aciertos obtenidos bajo la óptica del desarrollismo, confirieron un gran crecimiento económico, así como expansión industrial y modernización. Sin embargo, el plan general puesto en marcha quizá se trató de uno demasiado ambicioso para un país que no poseía capacidad de ahorro propia. Por lo que, para cumplir sus objetivos con base en la promoción de la industria siderúrgica, petrolífera, energética, química y agropecuaria, el gobierno tuvo que recurrir a la asistencia de capitales privados extranjeros.

Con el paso del tiempo, se fue consolidando dentro de la sociedad argentina una oposición que incluía múltiples sectores tales como las fuerzas armadas, partidos políticos,

iglesia, sector obrero, movimiento estudiantil, entre otros. Por consiguiente, la sucesión de huelgas y manifestaciones en muchos casos, obligó al presidente a retractarse en sus decisiones y acciones. Sobre esta coyuntura, el presidente delineó las líneas de acción de una política exterior independiente, autónoma y defensora del principio de no intervención y de autodeterminación de los pueblos.

BIBLIOGRAFÍA

Ambrogi, M. V., Belardi, G. y Sollevanti, G. (2000). Arturo Frondizi. Sus raíces engubinas, su vida, su compromiso en tierra argentina. Edición Argentina. Asociación Dante Alighieri y Fundación Centro de Estudios Presidente Arturo Frondizi. Aguafuerte SRL.

Boersner, D. (1996). Gobiernos de izquierda en América Latina: entre la ideología y la realidad. Editorial Nueva Sociedad.

Frondizi, A. (1978). Mensajes presidenciales 1958-1962. Tomo 1: 1° de mayo al 29 de diciembre de 1958. Centro de Estudios Nacionales. Ediciones Crisol.

Frondizi, A. (1983). Qué es el Movimiento de Integración y Desarrollo. Editorial Sudamericana.

Gómez, A. (2004). Arturo Frondizi. El último estadista. La vigencia de un proyecto de desarrollo. Ediciones Lumiere S.A.

Guerra, S. (1997). Etapas y procesos en la historia de América Latina. Cuaderno de Trabajo n° 2, Instituto de Investigaciones Histórico-Sociales. Universidad Veracruzana. Recuperado de http:// biblioteca.clacso.edu.ar/Mexico/iih-s uv/20170608043740/pdf_473.pdf. [Consultado el 10 de abril de 2025].

Hobsbawm, E. (1998). Historia del siglo XX. Crítica, Grijalbo Mondadori.

Luna, F. (1998). Diálogos con Frondizi. Editorial Planeta.

Menotti, E. (1998). Arturo Frondizi. Biografía. Historia Argentina. Editorial Planeta.

Paradiso, J. (1993). Debates y trayectoria de la Política Exterior argentina. Grupo Editor Latinoamericano.

Quintanar, S. y López, R. (1997). La política de seguridad norteamericana hacia América Latina durante la Guerra Fría y los años 90 de la posGuerra Fría. El trabajo es parte de uno más extenso titulado “Antecedentes y tendencias de la política de seguridad norteamericana hacia América Latina”. Seminario Internacional: Procesos de Integración y Bloques Regionales.

Rapoport, M. (2017). Política Internacional Argentina. Capital Intelectual.

Romero, L. A. (1999). Breve historia Argentina. Fondo de Cultura Económica.

SOBRE LOS AUTORES

María Guisande es Licenciada en Relaciones Internacionales. Diplomada Universitaria en Política y Gestión de la Cooperación Internacional Universitaria.

Javier Luchetti es Profesor y Licenciado en Historia. Profesor de Geografía. Magister en Relaciones Internacionales.

Catalina Poliero es Licenciada en Relaciones Internacionales. Diplomada Universitaria en Despacho Aduanero, Logística y Operatoria Internacional.

Clara Vázquez es Licenciada en Relaciones Internacionales. Sus áreas de interés se centran en conflictos internacionales, la política exterior y la geopolítica de Oriente Medio, con especial atención al conflicto palestino-israelí.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acuerdos de Abraham 57, 59, 60, 61, 77, 78
Argentina 1, 2, 5, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 32, 42, 57, 79, 80, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 97, 102, 103, 104, 107, 109

B

Barack Obama 42, 43, 44, 45, 46, 51, 53, 54, 55, 56, 63

C

Capitalismo 3, 29, 32, 35, 36, 37, 38, 40
CELAC 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 108, 109
Conflicto palestino-israelí 42, 44, 51, 54, 55, 56, 58, 65, 110
Cooperación 15, 21, 24, 30, 39, 45, 46, 48, 49, 53, 59, 60, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 95, 98, 99, 101, 105, 106, 107
Cuba 1, 2, 4, 5, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 104, 107, 108

D

Defensa 19, 23, 33, 53, 56, 77, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 100, 104, 107
Desarrollismo 1, 7, 9, 20
Diplomacia 11, 20, 42, 45, 46, 53, 60, 61, 72, 73, 74, 95, 109

E

Economía Política Internacional 21, 24, 31
Empresas Transnacionales 21, 22, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 37
Estado-Nación 21, 22

F

Frondizi 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20

G

Globalización 25, 32, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 79, 80, 81, 93
Guerra Fría 1, 2, 3, 8, 10, 12, 16, 20, 23, 47

I

Inestabilidad institucional 1, 2, 3, 5
Integración 10, 20, 23, 26, 37, 38, 40, 48, 59, 66, 79, 80, 81, 89, 93, 96, 100, 101, 106
Inversión Extranjera Directa 12, 21, 26, 27, 28, 40, 81
Israel 29, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77

M

Malvinas 95, 96, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 109
Multilateralismo 17, 79, 81, 98, 101, 104, 105, 106, 107

P

Palestina 44, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 76, 77
Política exterior 1, 3, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 18, 19, 20, 21, 27, 30, 36, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 74, 75, 77, 83, 93

S

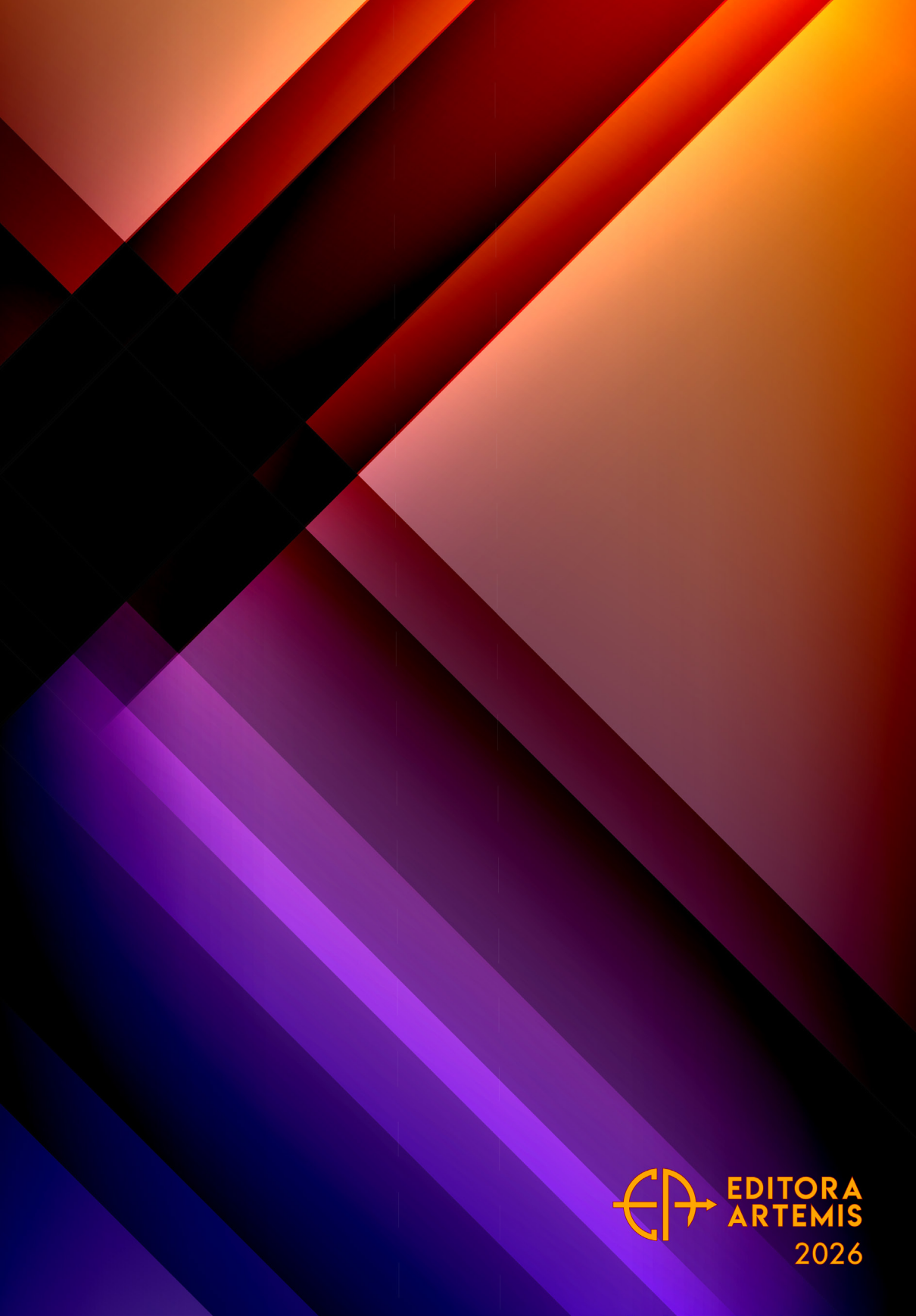
Sistema Internacional 21, 26, 32, 34, 35, 41, 98

T

Trump 54, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 72, 73, 74, 75, 76, 77

U

Ucrania 95, 98, 100, 102, 104, 105, 106, 107
Unión Europea 73, 76, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 107, 108, 109


EDITORA
ARTEMIS
2026